



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ATA - PRE/DG/ASSED

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE ELEIÇÕES Nº 1/2022

Data	Horário				Local	Coordenador da reunião
3/03/2022	Início	14:00	Término	16:05	Videoconferência	RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA DIRETOR-GERAL

I – Pauta

- 1) Definição sobre a contratação dos AAOPs TR - Transmissão Remota. Apresentação pela SGA dos estudos solicitados pelo Comitê em reunião anterior.
- 2) Aprovação do Plancont de Eleições - SEI nº 0011583-59.2021.6.05.8000
- 3) Sistemas Eleitorais - discutir a priorização dos sistemas de eleição e a necessidade de alteração dos critérios de seleção e priorização das iniciativas de TIC (SATRE, Agenda Eletrônica, Benefício Alimentação).
- 4) Benefício Alimentação de Mesários - modalidade de concessão do valor do benefício ao mesário.
- 5) Segurança dos Cartórios do interior.
- 6) Descentralização dos kits JEC.

II - Participantes

a)Comitê Gestor

Nome	Lotação	E-mail
Thais Habib	SGPRE	mthabib@tre-ba.jus.br
Raimundo Vieira	DG	dg@tre-ba.jus.br
Victor Araújo Xavier	SPL	vaxavier@tre-ba.jus.br
Antônio Moisés Almeida Braga	SGA	sga@tre-ba.jus.br
André Cavalcante	STI	sti@tre-ba.jus.br
Carla Lustosa Pinto da Silva	SOF	clsilva@tre-ba.jus.br
Mirella Sophia Cunha	SGP	mscunha@tre-ba.jus.br
Lise Magalhães (Comissão de Chefes de Cartório da Capital)	17ª Zona	lcmagalhaes@tre-ba.jus.br
Athiê Ramos (CESI)	166ª Zona	amramos@tre-ba.jus.br
Marta Gavazza	SJU	sju@tre-ba.jus.br
Hercília Barros	SJR	sjr@tre-ba.jus.br
Yuri Rosseto	SCR	yuri.rosseto@tre-ba.jus.br

b)Outros Participantes

--	--	--

Reginaldo da Silva Cardoso	12ª ZE	rscardoso@tre-ba.jus.br
Ana Maria Parcero Oliveira	COELE	amoliveira@tre-ba.jus.br
Rita Cruz	SEPLAME	rcruz@tre-ba.jus.br
Ronaldo Leite	SPL	spl@tre-ba.jus.br
Marcos Santana	SELOG	msantana@tre-ba.jus.br
Carmen Lúcia Costa Brotas	COAJUC	clbrotas@tre-ba.jus.br
Jane Eire	SEPLAME	jesilva@tre-ba.jus.br
Jurema Arruda	SEPLAME	jsarruda@tre-ba.jus.br
Andréa Azevedo	SELOG	asazevedo@tre-ba.jus.br
Saulo Calazans	SELOG	swcalazans@tre-ba.jus.br
Leila França	SEACLI	lsfranca@tre-ba.jus.br
Andrea Martins Machado	COORC	coorc@tre-ba.jus.br
César Barreto	10ª ZE	cabarreto@tre-ba.jus.br

III - Secretária

Ana Flavia Cerqueira Machado	ASSESD	assed@tre-ba.jus.br
------------------------------	--------	--

Deliberações da Pauta

A reunião foi aberta pelo Secretário da SPL, Victor Araújo Mesquita Xavier, que na oportunidade informou que concedeu uma tolerância para início da mesma e salientou que serão debatidos cinco itens na pauta.

O primeiro item foi referente à contratação de AAOPs- Transmissão Remota. Sobre este mencionou que existe propósito de ampliar a experiência com AAOPs, e que tem a concordância da Presidência para tanto. Ressaltou experiência bem sucedida em eleições suplementares ocorridas no ano passado. Melhor entrega ao eleitor e melhor segurança para os prestadores de serviço à Justiça Eleitoral. Em seguida, concedeu a palavra ao Secretário de Gestão Administrativa e de Serviços, para comentar sobre os estudos preliminares. O SGA informou que a contratação proposta, com acréscimo de 46 postos (com base nas Eleições de 2020 seriam as zonas mais críticas) ficaria R\$ 9.955.258,00; com acréscimo de 180 Zonas passa para R\$ 11.333.584,00. Assim, propôs o acréscimo de 180 postos.

A Comissão do Interior, na pessoa do servidor Athiê Ramos questionou sobre a previsão para os técnicos atuarem nos Cartórios. Em resposta, a Coordenadora da COELE, Ana Parceró, informou que os AAOPs atuariam possivelmente no final de julho/agosto.

O servidor Athiê destacou que o prazo de atuação dos técnicos foi assunto discutido na Comissão do Interior, salientando que o período de contratação dos técnicos normais, que atuam no Cartório, poderia ser reduzido, notadamente para Cartórios pequenos. Sobre o prazo, Ana Parceró registrou que poderia ser ajustado na Ordem de Serviço.

Ana Parceró pontuou que precisaria ser definida a quantidade de técnicos de transmissão.

Dada a palavra à Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Carla Lustosa, a mesma informou a possibilidade de atender o acréscimo de 46 postos. Quanto ao acréscimo de 180 postos precisaria solicitar aporte ao TSE para tentar conseguir, manifestando-se favorável à solicitação do acréscimo junto ao TSE.

O Secretário da STI pontuou a proposta da Comissão do Interior para redução do prazo de contratação dos técnicos normais, que auxiliam o cartório, e questionou se tal medida não seria suficiente para o acréscimo ser enquadrado no orçamento. O Diretor-Geral, a Secretária da SOF e Coordenadora de Orçamento acordaram com a proposta.

Por fim, sobre o item, o SGA salientou que precisa ajustar os estudos preliminares e que deveria ser definido o prazo para início dos técnicos de suporte nas Zonas do Interior. O servidor Athiê Ramos propôs o início no mês de agosto. Ressaltou que se trata de proposta da Comissão do Interior e que a proposta é para que viabilize uma sobra orçamentária para a contratação de técnicos para a transmissão. Representante da Comissão de Chefes de Cartório da Capital, Lise Magalhães salientou que o prazo deve ser diferente para as zonas da capital.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a postergação do início dos técnicos normais para o dia 15 de agosto, excetuando do mencionado prazo as Zonas da Capital e as Zonas que são sede de Pólo, e a contratação de AAOPs com acréscimo de 180 postos, condicionada à disponibilidade orçamentária a ser verificada junto ao TSE pela SOF e, em seguida, pela DG.

Após, foi realizada a votação para o item 2 - PLANCONT de Eleições - SEI nº 0011583-59.2021.6.05.8000, que foi aprovado por unanimidade, sem qualquer observação na reunião.

Sobre o item 3 da pauta- Sistemas Eleitorais - discutir a priorização dos sistemas de eleição e a necessidade de alteração dos critérios de seleção e priorização das iniciativas de TIC (SATRE, Agenda Eletrônica, Benefício Alimentação), Victor informou que conversou com o Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, André Cavalcante, e com o Diretor-Geral, Raimundo Vieira. Informou



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 10/03/2022, às 18:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Carpes Rosseto, Secretário**, em 11/03/2022, às 08:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Araujo Mesquita Xavier, Secretário**, em 11/03/2022, às 11:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lise Cunha Magalhães, Presidente da Comissão**, em 14/03/2022, às 12:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Lustosa Pinto da Silva, Secretário**, em 14/03/2022, às 13:46, conforme art.

que o STI solicitou priorização da tramitação dos pedidos de criação de sistemas. Victor citou que existe uma Portaria DG e salientou que sentiu falta de priorização dos sistemas voltados para as Eleições no mencionado normativo.

Ana Parcerro solicitou a André Cavalcante a atualização da agenda eletrônica e do prazo para seu funcionamento. André Cavalcante informou que ocorreram alguns problemas mas que até a próxima semana estaria no ar. Informou que o problema está em colocar o portal no ar e que marcará com a SPL na próxima semana para estabelecer as prioridades de sistemas.

Melissa Gama, membro da Comissão de Chefes de Cartório da Capital, informou que nas eleições passadas foi usado o Sistema SGIE, ressaltando que deve ser priorizado o sistema de convocação de mesários. Ana Parcerro informou que o novo Sistema de Benefício Alimentação já está sendo trabalhado. Victor informou que existem projetos para melhoria da convocação de mesários. Melissa solicitou a retomada da agenda eletrônica.

Carla Lustosa solicitou a priorização da manutenção evolutiva do Sistema Suprimento de Fundos. Salientou a redução de agências do Banco do Brasil no interior, o que vai impactar a concessão do Suprimento para as Eleições. Assim, informou que há migrar para o Cartão Corporativo e o sistema precisa ser parametrizado. André Cavalcante salientou que esta demanda deverá ocorrer no CGovTIC.

Ana Parcerro consultou se há necessidade de uso do ColetaDoc para o fechamento do cadastro. André Cavalcante informou que o Sistema está no ar e que vai solicitar mais capacidade para o mesmo.

Quanto ao item 3, foi aprovada por unanimidade a proposta para encaminhar ao CGovTIC para acrescentar um critério na Portaria DG 87/2021 para priorizar os Sistemas de Eleições.

Passada a apreciação do item 4- Benefício Alimentação de Mesários - modalidade de concessão do valor do benefício ao mesário.

Ana Parcerro informou sobre proposta do ifood. Lise salientou que há necessidade de discussão junto aos cartórios. Pontuou problemas com a carteira digital, salientando a necessidade de participação ativa dos cartórios para evitar pagamento de mesários. Athiê Ramos salientou que o ifood não atenderia às zonas do interior. Victor Araújo salientou que o ifood é um acréscimo às outras propostas que serão disponibilizadas para a demanda, salientando que o ifood não terá custo para o Tribunal, não haverá movimentação de recurso pelo Chefe do Cartório e que o mesário poderá usar o crédito em lanchonetes, mercados ou onde estiver. É uma proposta em construção e que a licitação sequer foi encaminhada.

Lise Cunha esclareceu que Melissa Gama e César Barreto são os novos membros da comissão de Chefes de Cartório da Capital.

No Chat César constou que seria melhor ter a possibilidade de poder escolher a forma de uso do benefício para mesários, de escolher opções melhores, pois a escolha de opções em cima da hora tem sido horrível.

Quanto à deliberação para o item 4, Ana Parcerro e Victor Araújo esclareceram que sobre o Benefício Alimentação é apenas para informar sobre as propostas em análise.

Sobre o item 5- Segurança dos Cartórios do interior. Athiê Ramos pontuou que pagamento de motoristas e eletricitas deveria ocorrer mediante Sistema de Suprimento, evitando grande volume de verba circulando no Cartório.

Quanto à Segurança do Cartório, Athiê Ramos salientou que se trata de demanda antiga e que existem os dias de plantão em sábados, domingos e feriados, em que os Cartórios ficam expostos. Pontuou que apoio da Polícia Militar não atende porque muitas vezes se encontram em diligência quando demandada pelo Cartório. Registrou, ainda, que para as eleições vindouras já ocorreram ofensas a colegas de Cartórios sobre a segurança da Justiça Eleitoral. Assim, a Comissão propõe que fosse instituída uma Comissão para fazer um mapeamento dos Cartórios, quanto à localização e segurança. Após o estudo, a Comissão faria a proposta de Oficiar as prefeituras para disponibilizar guarda municipal na época das eleições e, para os casos de não conseguir a segurança municipal, seja vista a possibilidade de contratação de segurança para estes cartórios, pelo menos para aqueles que estejam em maior situação de risco,

1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Thais Pinheiro Habib, Secretária-Geral da Presidência**, em 15/03/2022, às 12:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cavalcanti e Cavalcante, Secretário**, em 15/03/2022, às 19:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hercília Boaventura Barros, Secretário**, em 16/03/2022, às 17:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Athiê Marcos Assis Ramos, Membro da Comissão**, em 17/03/2022, às 11:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima, Secretário**, em



salientando que as câmeras garantem os bens mas não as pessoas. Victor Araújo registrou que já houve estudo pela SGA e que são muitas variáveis para analisar. O SGA informou que o contrato de vigilância já está no último ano de execução e possivelmente não haverá possibilidade de aditivo, bem assim que não haverá tempo para nova contratação.

Victor registrou que é uma situação sensível. Athiê Ramos propôs que os membros da comissão participem da comissão proposta. Carla Lustosa informou que o contrato de vigilância tem um valor expressivo, pelo acréscimo de locações e por ter um custo alto e de impacto no orçamento. Contudo, caso seja realizado durante o período eleitoral, impactaria no orçamento de eleições, que é sazonal, que não é alcançado pelo teto de gastos e não há incorporação na despesa do Tribunal. Sobre esta proposta, o DG salientou a necessidade de esclarecer para os Cartórios que a demanda é apenas para o período das Eleições, que se trata de despesa temporária. Thaís Habib registrou que já existe comissão de segurança e que os estudos sobre a demanda sejam realizados pela Comissão Permanente de Segurança. Pontuou que o pleito de segurança deveria ter sido realizado no ano anterior. Athiê Ramos propôs que a demanda seja formalizada pelo Comitê de Eleições junto à Comissão de Segurança. Lise Cunha concordou com Thaís Habib de que a demanda deveria ter sido discutida no ano anterior. Victor salientou que tramita o PLANEL e o PLANCONT, que são oportunidades para apresentação das demandas.

Quanto ao item 5 foi aprovada por unanimidade a proposta de inclusão de membros da Comissão de Cartórios do Interior na Comissão de Segurança e Transporte das Eleições e que a demanda de segurança para o interior seja encaminhada à mencionada Comissão para estudo.

Item 6- Descentralização dos kits JEC. André Cavalcante salientou que a demanda decorre de problema ocorrido nas Eleições passadas na geração dos kits do JE-Conect. Após a geração dos milhares de kits e distribuição para o interior, o TSE liberou uma nova versão e foram disponibilizados kits geradores para as zonas gerarem novos kits. Assim, propôs que a geração de kits JE-Conect seja descentralizada e que sejam encaminhados apenas os kits geradores às Zonas, para evitar qualquer problema, caso haja nova versão pelo TSE. Lise Cunha concordou com a proposta para a Capital. Athiê Ramos não registrou óbice pela Comissão do Interior. Reginaldo Cardoso informou que a 12ª ZE concorda com a geração do JE Conect.

Sobre o item 6, a proposta de descentralização de geração de kits JE-Conect foi aprovada por unanimidade.

Thaís Habib solicitou prioridade máxima para atualização da agenda. André Cavalcante informou que priorizará a agenda eletrônica.

Não existindo mais nenhum assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada.

21/03/2022, às 18:54,
conforme art. 1º, § 2º,
III, "b", da Lei
11.419/2006.



Documento assinado
eletronicamente por
**Jurema Silva de
Arruda, Técnico
Judiciário**, em
22/03/2022, às 15:57,
conforme art. 1º, § 2º,
III, "b", da Lei
11.419/2006.



Documento assinado
eletronicamente por
**Ricardo Leite
Menezes, Técnico
Judiciário**, em
07/04/2022, às 19:06,
conforme art. 1º, § 2º,
III, "b", da Lei
11.419/2006.



Documento assinado
eletronicamente por
**Rita de Cássia
Mendes Cruz, Chefe
de Seção**, em
08/04/2022, às 08:42,
conforme art. 1º, § 2º,
III, "b", da Lei
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1857088** e o código CRC **81AF4CB6**.